

A VOZ de MELGAÇO

Proprietários: A. LUÍS VAZ e JÚLIO H. VAZ

Director e Administrador: JÚLIO HILARIÃO VAZ

Subdirector: CARLOS NUNO VAZ

Redacção e Administração: Largo da Senhora - a - Branca, 105 - BRAGA

★ ANO XXIX - N.º 541 - Melgaço, 1 de Junho de 1974

★ Tip. Augusto Costa & C.a, L.da - Telex. 22455 - Braga

Para a História de «A Voz de Melgaço»

“...Caso triste, e dino da memória,”
«LUSÍADAS» Canto III

Festejamos hoje mais um aniversário, ensombrado, desde há dois anos, pelo falecimento de um dos fundadores de «A Voz de Melgaço» o padre Carlos, que do Céu se associará à alegria que nos chega, neste dia, de várias procedências.

A semelhança de Inês de Castro, que gozava os doces frutos do seu amor proibido, e o Rei lhos cortou «vendo estas namoradas estranhezas» e porque «respeita o murmurar do povo», assim a «revolta de 25 de Abril» ouvindo o murmurar do povo e «vendo estas namoradas estranhezas» entre dois Poderes, que se deviam respeitar e não servir-se mutuamente, cortou as alegrias do Sr. D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo de Braga, e desse corte veio-nos a possibilidade de poderemos narrar aos nossos leitores... Caso triste, e dino da memória da suspensão de «A Voz de Melgaço» ordenada pela Direcção dos Serviços de Censura em 28 de Outubro de 1971, a pedido do mesmo sr. D. Francisco Maria da Silva.

Habitados por formação e dever de consciência à verdade e só à verdade, apresentamos documentos, que a direcção de Censura nunca nos deixou publicar.

Começamos pelas cartas, em que se fundamentou, o Sr. Arcebispo de Braga para a decisão arbitrária e ilegal que tomou.

Il.mo e Rev.mo Senhor
P.e Júlio Hilarião Vaz
Director do Quinzenário «A Voz de Melgaço»
Rua da Calçada — Melgaço

Meu Ex.mo Amigo:

Afectuosos cumprimentos e desejos de boa saúde.

Permita-me V. Rev.cia que, dentro da maior estima e consideração sempre manifestada ao meu antigo mestre e velho amigo, chame a atenção para o seguinte:

Temos conhecimento que «A Voz de Melgaço» se tem introduzido em questões que desunem católicos e até menosprezam os superiores. Tal atitude é de molde a não merecer o título de «quinzenário católico» que por isso peço a V. Rev.cia que tome as medidas adequadas de modo a evitar tudo o que possa ser motivo de ofensa, seja contra quem for.

Espero confiadamente que este nosso pedido será bem acolhido por V. Rev.cia e desde já me confesso muito grato.

Creia inalteravelmente ao dispor de V. Rev.cia como humilde servo em J. C..

Braga, 4 de Novembro de 1970

Cón. Carlos F. M. Pinheiro,
Pró-Vig. Geral

Braga, 10-X-1970.

Il.mo e Rev.mo Senhor:

Só ontem, ao começo da tarde, me chegou às mãos a carta de V. Rev.ma datada de 4 do corrente.

Respondo hoje e queria fazê-lo ao Amigo e antigo aluno, mas não posso, visto que o mesmo se esqueceu de que nas cartas para amigo ou antigo superior a assinatura não contém o cargo oficial. Esta circunstância e o facto de o subscrito e a carta acentuarem a função de Director do quinzenário «A Voz de Melgaço», obrigam-me a tratar o problema como Director do jornal e, ao mesmo tempo, com a maior objectividade.

Lamento ter de dizer a V. Rev.ma que a carta que me escreveu contém falsidades (temos de chamar às coisas pelo seu nome).

A primeira é esta: «que «A Voz de Melgaço» se tem introduzido em questões que desunem os católicos».

Se a conclusão provém da leitura do jornal, é errónea, pois «A Voz de Melgaço» aparece a defender a verdade e a justiça dos factos e das pessoas. Neste caminho tem defendido a dignidade e a honra da Igreja e do clero local. Se a informação é auricular, lamento que se não tivesse documentado.

A segunda falsidade é esta: «e até menosprezam os superiores».

«A Voz de Melgaço», dentro dos direitos da Constituição Portuguesa e do Vaticano II critica também os actos de Autoridade, visto que não gozam do privilégio da infalibilidade, aliás impeccabilidade.

Se os superiores se julgarem atingidos, não temos culpa de que os actos os justifiquem. Isso já não é conosco.

Nunca o meu jornal foi condenado por sentença judicial, e teve sempre a presença amiga do saudoso Arcebispo D. António Bento Martins Júnior, a cuja memória presto homenagem, até nesta hora, porque, quando da mesma banda vinham as mesmas queixas, que agora chegam, sempre louvou a conduta do jornal e dos seus responsáveis.

Diz-me V. Rev.ma mais algumas palavras que lamento ter de dizer que não têm cabimento, visto que são contraditadas pelos factos.

(Continua na 4.ª pag.)

Uma carta do sr. Dr. António Durães

Ex.º Sr.
Director do «Notícias de Melgaço»

Dr. Abel Augusto Vaz:

Ao ler, no número de 10 do corrente, do quinzenário de que V. Ex.ª é ilustre Director, o V. Ex.ª «CAVE (isto é, CAUTELA em lingua portuguesa) Junta de Salvação Nacional», fiquei impressionado, e creio que com justificado motivo.

Porque dele se poderá, ou mesmo deverá deprender que V. Ex.ª admite que da mudança dos «quadros dirigentes» — no nosso caso local, da Câmara Municipal — o «poder» teria a possibilidade de cair «nas mãos de criminosos, ladrões ou corruptos administradores do antigo regime, ou de seus cúmplices ou de quem notoriamente estará

interessado em destruir ou sonegar as provas dos condenáveis actos daqueles».

Eu não sei a quem V. Ex.ª se terá querido referir ao aventar esta possibilidade, tanto mais que os «administradores do antigo regime» eram, sem dúvida seus correligionários políticos, visto terem sido nomeados Presidentes da Câmara Municipal, pelos Governos, que tiveram como essencial, mesmo como exclusivo apoio e sustentáculo político, a *Acção Nacional Popular*, de cuja Comissão Concelhia V. Ex.ª foi PRESIDENTE, até à sua extinção pelo Movimento das Forças Armadas, de 25 de Abril.

Não sei nem isso me interessa.

Interessa-me sim, o ver admitido por V. Ex.ª, e não sei

«Eis a primeira grande opção que o Povo Português tem de fazer: a liberdade democrática ou o anarquismo. É chegada a altura de consolidar e reforçar a união do Povo com as Forças Armadas, combatendo em comum os inimigos da liberdade e da democracia que pretendem por todas as formas opôr-se ao rápido programa económico do País — única via de nos anteciparmos à grave crise de desemprego e miséria para que criminosamente nos querem encaminhar as forças da contra-revolução. E desejo reforçar este apelo à consciência do Povo Português com a garantia de que as Forças Armadas não deixarão trair a pureza dos princípios democráticos que inspiram o Movimento de 25 de Abril; e se alguma vez forem obrigadas a responder à violência com a força fá-lo-ão sem hesitações agora com a reforçada e legítima autoridade de quem age em defesa da autêntica liberdade do Povo Português.

VIVA PORTUGAL!»



GENERAL ANTÓNIO SPÍNOLA
Presidente da República

Golpe de Estado e Governo Provisório

Com o recente golpe de estado e formação de novo Governo Provisório, a população do concelho de Melgaço aguarda ansiosamente a demissão imediata do Presidente e do Secretário da Câmara Municipal, esperando que os seus futuros substitutos sejam eleitos pelo povo. Também deve ser demitido o Vereador senhor professor José Augusto Lourenço, porque tendo desempenhado o cargo de Presidente da antiga União Na-

cional, politicamente não merece confiança ao Movimento das Forças Armadas. Eu não esperei pela mudança do regime, para pedir publicamente a demissão destes ilustres senhores. Há já muito tempo que tenho vindo a pedir para que sejam afastados dos seus cargos, porque sempre mantive a convicção de que não faltariam homens mais competentes e sensatos para desempenhar as mesmas funções.

A incompetência do Dr. Sidónio e do senhor Carvalho Alves, facilmente se pode constatar pelos processos mandados arquivar no Tribunal Judicial desta comarca. Tentando diversas vezes ultrapassar os limites da normalidade e abusar de autoridade, eles mandavam levantar autos por transgressões imaginárias e transmitiam ordens escritas ilegais que até faziam rir os próprios magistrados judiciais.

Podem servir de exemplo os autos que me foram levantados por ter colocado um jornal no meu automóvel particular, e as ordens que deram aos funcionários seus subordinados para demolir à violência uma casa particular em frente à Loja Nova. Estes dois casos, não perdia contribuído para a perda de simpatia e prestígio? Como cidadão gozando de plenos direitos e sem nunca ter pertencido a qualquer partido político, desejo continuar a ser sempre livre e independente recusando a minha assi-

Estou certo que todos aqueles que forem DEMOCRATAS conscientes, e não se proclama-

(Continua na 6.ª página)

(Continua na 6.ª página)

Da Vila e Concelho

FESTA DE N.ª S.ª DA ORADA — No passado dia 23 de Maio (feriado Municipal), e organizada pela Comissão de Festas Concelhias, celebrou-se a festividade em honra da Padroeira dos nossos Bombeiros.

Constou da tradicional procissão de velas, Missa solene e Procissão religiosa, que como de costume esteve muito concorrida. Houve música e altifalantes, bem como jogos diversos.

BAPTIZADO — Na Igreja Matriz desta Vila, pelo rev. Arcipreste P.º Justino Domingues, foi baptizado Paulo Jorge Cerqueira Fernandes, filho do sr. Manuel Jaime Fernandes e da sr.ª Maria Sameiro Cerqueira. Serviram como padrinhos o sr. José Maria Fernandes e a menina Maria Ludovina A. Cerqueira.

FALECIMENTO — Faleceu a 19 do mês passado, em Eiró, Rouças, desta Vila, a sr.ª Zulmira Ana Domingues, com 76 anos de idade. Era filha de Ludovina Rosa Domingues. Paz à sua alma.

A QUEM DE DIREITO — Chegou ao nosso conhecimento, de que por mais de uma vez foi solicitado a um membro da Junta de Freguesia de Paderne, para procederem à reparação dos canos condutores da água, que há muito tempo (mais de 3 meses), se encontram rebentados no Largo da Portela (enfrente ao Convento). Além da perda do precioso líquido que tão útil se torna nesta época do ano, vêem-se outras populações privadas do mesmo, que tanta falta lhes faz. Talvez pelo desleixo e abandono destes componentes duma Junta, onde é necessário tanto fazer-se. Aqui fica o nosso reparo.

AGRESSÕES — Em 15-5-74, a sr.ª Maria Luísa de Sousa, casada, doméstica, de 43 anos de idade, residente no Peso, Paderne, Melgaço, agrediu um menor, filho de Manuel Abreu, casado, lavrador, residente no lugar de Várzea daquela freguesia.

— Em 19-5-74, pelas 16 horas, no lugar de Belêco, Paços, deste concelho, o sr. Justino Gregório, casado, proprietário, de 42 anos de idade, residente no lugar acima citado, agrediu Maria Isabel Alves «A Mucha», solteira, vendedora ambulante, de 39 anos de idade, residente no lugar de Garem, freguesia de Paços, com socos e pontapés, causando-lhe ferimentos diversos.

— Em 21-5-74, cerca das 16 horas, em Lobió, Rouças, Melgaço, o sr. Armando Pires, casado, lavrador, de 53 anos, agrediu com um estalhuço o sr. António Marques, solteiro, lavrador, de 71 anos de idade, ambos residentes no lugar acima citado, causando-lhe ferimentos no couro cabeludo, olho direito e braço do mesmo lado.

O Posto da G. N. R. desta Vila, tomou conta das respectivas ocorrências.

VÍTIMA DE ACIDENTE — O nosso amigo e assinante sr. José de Sousa Monteiro, morador na Quinta da Torre, no Peso, acaba de ser atropelado em Lisboa. A tão ilustre amigo, que se encontra na sua residência acima citada, ainda em tratamento, desejamos rápidas melhoras.

De PRADO

TEMPO, AGRICULTURA, EMIGRANTES E S.T.A RITA — O tempo está magnífico para se proceder às sementeiras adequadas à época: tratamento das vinhas, pomares e jardins.

Vêm-se os habitantes de todo o concelho a cavar a terra, outros cortando fenos e outros empregados na execução de mais trabalhos agrícolas. Pena é não se verem aqueles que muito auxiliariam os seus familiares que por força das circunstâncias abandonaram a mãe pátria e outros se transferiram para locais onde a vida se tornou menos escravizada, procuram os seus empregos no comércio, empresas e construções civis, abandonando assim o nosso torrão sagrado, onde tudo progride.

Por diversas vezes este correspondente tem relatado acerca do muito que se poderia aproveitar visto o clima ser maravilhoso.

Poderia aproveitar-se água para rega de importantes parcelas de terrenos que se encontram expostos em anfiteatro, bastaria fazer classificações, onde a máquina pudesse entrar, far-se-iam novas culturas, seguindo, assim, o exemplo dos proprietários de Penso, Alvaredo e de tantos outros, cá e em todo o país. Todos nós temos necessidade de não desperdiçar um simples palmo de terra, visto ser da terra que resulta o aumento do custo da vida. Se a produção for boa, os preços baixam, se é má, sobem. E esta a razão porque não podemos parar enquanto não iniciarmos uma verdadeira e sã reforma agrícola. Só assim é que nós conseguiremos aumentar as produções, poderíamos criar milhares de animais de todas as espécies, aproveitar as abas das serras onde a floresta não progride mas que não prejudica a pastagem podiam pastar imensos rebanhos de cabras como já outrora o faziam, sendo acompanhadas pelo pastor e um simples cão de guarda, como já era feito antes dos Serviços Florestais tomarem conta dos baldios. O que eu digo todo o concelho o conhece.

Poderíamos aumentar o número de outros animais, não pondo de parte suínos e aves de todas as espécies. É nosso dever aproveitar tudo que a terra dá e o mar.

Sabemos bem que certas culturas não compensam, em especial a do milho, visto os salários serem elevados em virtude dos aumentos do custo de vida e ainda mais caras se tornam aqueles que é necessário serem feitos por processos antiquados onde a máquina não pode entrar e que está a por em prática.

É serem vistos aqueles que se encontram com idades superiores a 70 e 80 anos, velhos, velhas, mulheres, filhos e filhas de tenra idade a executar tais serviços, motivo por que a cultura do milho e de outros serviços, a receita não dá para a despesa, eis a razão por que a emigração aumenta, vão para o estrangeiro, a maior parte empregam-se na construção civil.

DO RIO DE JANEIRO — Deram-nos o prazer de mais uma visita à terra que os viu nascer em companhia de seu estremecido marido José do Nascimento Trancoso, a nossa dedicada assinante D. Esperança da Glória Lobato Trancoso.

SANTA RITA — Em 1 do corrente começam as festas da secular festa de Santa Rita, onde outrora existiu uma humilde capelinha e presentemente existe um excelente mosteiro que o saudoso Sr. Padre Carlos Vaz conseguiu edificar e mais obras sociais que os seus devotos o auxiliaram. Foi sempre desde criança acompanhado por meus pais à festa da milagrosa Santa, saíamos de Prado às primeiras horas da manhã acompanhando-nos, os nossos farnéis. Ao lá chegar assistíamos à Santa Missa e dávamos as nossas esmolas.

Durante o resto do dia juntávamo-nos debaixo daquelas carvalheiras a apreciar os belos petiscos como seja, presunto, lamproia seca, belos salpicões, galos, etc., regados com o excelente vinho da região.

Por conseguinte não deixemos de ir à festa de Santa Rita, celebrar tempos passados. O povo necessita de distrações e boa organização.

M. S.

Assine e Anuncie em "A Voz de Melgaço,"

De Paderne

ELECTRIFICAÇÃO — Pela terceira vez, os trabalhos de electrificação da freguesia, iniciados há mais de ano e meio, estão totalmente paralisados. Um ano após a terminação do prazo para a sua conclusão, cerca de três quartos do núcleo a electrificar, ainda não tem electricidade, e, na parte já electrificada, ainda não existe iluminação pública. E tudo isto tem estado a suceder sem que as autoridades regionais ou locais tenham apresentado o seu, mais que justificado, protesto.

O povo da freguesia, já com electricidade, tem estado a pagar para a electrificação pública, sem a possuir, mas com grande proveito para a Empresa. Por isso, acho que a pessoa que está à frente destes serviços, na Câmara Municipal de Melgaço, devia obrigar a Empresa a cumprir as cláusulas a que o contrato obriga e interessar-se, mais um bocadinho, pelos assuntos que lhe estão adstritos. E que achamos ser uma exploração, obrigar o nosso povo a pagar benefícios que não usufrui!

A suspensão dos trabalhos iniciou-se há mais de mês meio, e até à data, no meio, não consta que alguém tenha reclamado contra tal andamento de coisas. Por isso, uma comissão de moradores da freguesia pensa ainda nesta semana, deslocar-se a Viana do Castelo, para expor o problema a quem possa impor-lhe uma solução que venha de encontro ao bem-estar do nosso povo. Até agora isso não foi possível conseguir-se, visto as entidades oficiais directamente ligadas ao nosso destino, se terem aliado das suas principais, atribuições, sempre com o beneplácito dos seus superiores «hierárquicos».

ESTÂNCIA TERMAL DO PESO — Já foram iniciadas as obras de limpeza e reparação, necessárias ao bom funcionamento desta estância termal, que, como de costume, estará aberta ao público a partir do dia 1 do próximo mês de Junho.

PÁROCO DA FREGUESIA — Após prolongada doença, com início anterior à Páscoa, já se encontra quase recomposto o Senhor Prior, P.º Albertino Pereira.

Fazemos votos por que a recomposição passe a total, em breves dias. — C.

BANCO FERNANDES MAGALHÃES



PORTO

LISBOA

SÍMBOLO DE SEGURANÇA E DE BONS SERVIÇOS HÁ MAIS DE MEIO SÉCULO

CORRESPONDENTES EM TODO O PAÍS E ESTRANGEIRO, destacadamente:

Em MELGAÇO — Casa José Maria Pereira
Em FRANÇA — Banque Nationale de Paris
Na ALEMANHA — Deutsche Bank

A sua vasta rede de instalações próprias e Correspondentes no País e Estrangeiro, aliada a uma prudente e longa actividade bancária permite-lhe executar eficientemente qualquer transferência de dinheiro com um mínimo de encargos.

GENTIL GOMES DA COSTA

PROPRIEDADES COMPRA · VENDA

Rua Fernandes Tomás, 664
Telefs. 380834 · 311991 · 381032
PORTO



De Chaviões De Penso

23-5-74

RELEMBRAR — É PEDIR — Em tempos que já lá vão pedimos às Dignas Autoridades Administrativas, a colocação de um suporte com lâmpada num posto que se encontra próximo da curva denominada «VINHA», que por falta de critério da Empresa Electrificadora não foi posto na ocasião oportuna e um sinal de curva perigosa assinalando o referido local.

Vão decorridos alguns anos e os insignificantes pedidos, insignificantes, olhando ao custo da sua montagem, sem serem satisfeitos, como se se tratasse de obras de grande monta e a sua colocação não fosse de interesse geral.

Já alguns desastres com automóveis e tractores ali se tem dado, não havendo contudo, para já, vítimas a registar, além dos prejuízos materiais.

No entanto, vale mais prevenir enquanto é tempo.

RECTIFICAÇÃO — No n.º 540 deste quinzenário do dia 15 do corrente, não sei porque cargas de água, saiu a notícia do falecimento no Canadá do nosso conterrâneo e amigo, sr. António Aníbal Alves, em vez da sua partida para aquele estado em 17 do mês passado.

A falsa notícia, como é de calcular, surpreendeu vários amigos e conhecidos do atingido, mas sobretudo pôs em sobresalto os primeiros familiares, residentes em Braga, que mais rapidamente tomaram conhecimento do acontecido.

Com quanto não nos caiba qualquer responsabilidade pelo equívoco, vimos todavia apresentar as nossas desculpas e com muito prazer informar os prezados leitores e amigos do António Alves, que para já se encontra de boa saúde no Canadá, Graças a Deus.

PARTIDA PARA O BRASIL — Acompanhado de sua esposa e filha, partiu para o Estado do Brasil, no dia 20 do presente mês, o sr. José Gonçalves Rodrigues, comerciante, depois de ter passado uma temporada entre nós e no seio dos seus familiares.

O nosso ardente desejo de feliz viagem e muitas felicidades pela vida fora.

PARA O HOSPITAL — No hospital de Viana do Castelo, deu entrada no dia 22 do corrente para observação, o nosso amigo e conterrâneo, sr. Manuel António Fernandes, do lugar de Barraço.

As nossas felicitações por um rápido restabelecimento. — C.

MAIS UMA VEZ — Mais uma vez a ponte das alminhas foi abaixo, para a corga do lado do moinho.

Não houve prejuízos pessoais, mas houve materiais. Chama-se a atenção de quem de direito, pois a ponte é estreita e não tem sinalização. Se houvesse ali a sinalização indicada, poupar-se-iam estes prejuízos, e o pior é se tivérmos que lamentar vidas.

DE LISBOA — Depois de ter estado a fazer tratamento melindroso, regressou a sua casa o nosso amigo e assinante sr. Américo da Rocha, ao qual desejamos melhoras.

PORTUGAL RENOVADO — O 25 de Abril de 1974 será para todos os portugueses, que amam a liberdade, a honestidade, a verdade, uma data inesquecível. Nós, que nunca toleramos a imposição, venha ela donde vier; nós, que sempre pugnámos para sabermos a verdade sobre o que se passava na nossa querida Pátria; nós, que como todos os portugueses, só sabíamos o que os fascistas queriam que nós soubéssemos, estamos todos de parabéns. Assiati à manifestação em Melgaço e em Lisboa aonde fui para felicitar quem, durante tantos anos, não pôde permanecer na sua terra, só por não ser fascista. Só pelo que vi em Lisboa valeu a pena viver. Só lamentamos que tantos e tantos amigos, não tivessem tido a felicidade que me foi permitida viver!

Desejamos e esperamos que o novo Governo, sob a chefia de um dos seus melhores democratas, saiba colocar ao serviço da Nação gente honesta, pois o povo português tem sido governado por uma maioria de ladrões, e que a limpeza se faça com dignidade mas com brevidade.

PELOS CAMPOS — O tempo tem estado muito seco e a vinha, que é o que mais atenção requer, está com boa nascença e bem cuidada.

Norberto Van

STAND MELGACENSE

DE AMADEU GOMES

Telef. 4 2104

- Agente exclusivo em Melgaço e Monção: das famosas marcas alemãs de frigoríficos **BOSCH**
- de Rádios e Televisores **BLAUPUNKT**
- de electrodomésticos **GRUNDIG**
- Agente exclusivo em Melgaço, Monção e Valença: das Balanças e material **A. PESSOA**
- do **GÁS MOBIL**, da **PHILIPS**
- Agente exclusivo em Melgaço: e das inultrapassáveis motorizadas **FAMEL-ZUNDAP · SACHES**

DÊ A SUA PREFERÊNCIA AO **STAND MELGACENSE**

Além das melhores marcas é o único que possui electricistas próprios para garantir a devida assistência e para fornecer orçamentos grátis

Se tem qualquer dúvida, consulte-nos

NINGUÉM O FORÇARÁ A COMPRAR

MANUEL ANTÓNIO RIBEIRO

SOLICITADOR



Largo Hermenegildo Solheiro
MELGAÇO

DESCOBERTA DE UMA ESTÂNCIA ARQUEOLÓGICA DE ALTO VALOR NO PARQUE NACIONAL

Durante os trabalhos de abertura de um «trilho interpretativo» descobriram-se uma série de vestígios de muros e ruínas de casas, que alertaram os funcionários do Parque Nacional.

O Eng.º Chefe de Divisão deslocou-se ao local acompanhado do Cônego Arlindo da Cunha, tendo-se ordenado a limpeza da vegetação existente em toda esta vasta região, com o cuidado de não se remover qualquer pedra.

Do relatório preliminar realizado pelo acima referido arqueólogo, citam-se estas palavras «fiquei deslumbrado com o que se me deparava aos olhos. Estávamos perante uma grande povoação dos mais recuados tempos. Consta de muitas casas quase todas rectangulares e de aparelho ciclópico. Um abundante veio de água respeitado pelas estiagens mais rigorosas separa a antiquíssima povoação em duas partes desiguais.

O sítio chama-se, desde tempos imemoriais, *Chelo*, do latim *planello* ou pequeno *plano*, mas o terreno é levemente ondulado. O motel da direita é mais característico e apresenta as paredes de algumas casas razoavelmente conservadas. Do lado fronteiro, a elevação é mais pronunciada e tem uma via de acesso marginada de pedras regulares.

A agricultura, em qualquer dos casos muito rudimentar, só era possível nas proximidades, a Sudoeste, na chamada Chã de Chelo.

Essa planura foi agora arroteada e os respectivos serviços levaram ao aparecimento da parte fixa de um moinho manual que será muito mais moderno do que as casas dos outeiros próximos.

Nestas condições, aqueles povos terão vivido da recolha de frutos silvestres, como medro-

nhos e bolota de carvalho e, principalmente, da pastorícia que lhes forneceria, além de carne, peles, lãs e lacticínios.

Procurei, mas sem resultado, restos de cerâmica e covas rupestres. Estas segundo a opinião geralmente admitida, relacionavam-se com as sepulturas de incineração. Por isso a ausência delas pode significar que a estância arqueológica precedeu o costume de incinerar os cadáveres, mas também pode ser devida simplesmente a erosão.

Quanto à falta de cerâmica, a escavação da referida Chã de Chelo manifestou umas manchas de barro amarelado, limonite, que podem ser vasos primitivos de barro cru desfeitos pelo tempo.

Com estes elementos assim reduzidos, é difícil datar com segurança aquela curiosa estância arqueológica, a que já se refere M. Sarmento na pág. 166 dos *Dispersos*. Pode ascender aos primeiros tempos da civilização ibérica ou até ao mesolítico peninsular. Só com futuros achados se pode desvendar o mistério.

Não deverei terminar esta nota despretensiosa sem fazer referência à chamada «sepultura do frade». Mostraram-na. Fica no princípio do lugar de Chelo, à direita de quem vai da Pedra Bela. Dá a ideia dum embutido de rocha avermelhada em forma de peixe numa laje granítica. É caso para os geólogos examinarem. O bom povo de Ermida é que, desde tempos imemoriais, dá ao penedo o nome de *sepultura do frade*.

Com o decorrer dos trabalhos de limpeza da vegetação vão surgindo restos de muros muito bem definidos, talvez de sistemas de fortificação e gravuras rupestres cujo simbolismo há que estudar.

Logo que os primeiros trabalhos se encontrem concluídos haverá que solicitar a colaboração do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia para que a orientação dos trabalhos futuros se processe de modo a chamar a atenção para todos os arqueólogos e se dê a máxima atenção para os cuidados a ter com o espólio.

Existem já na área do Parque Nacional, embora careçam de um aprofundado estudo, as Andas dos Planaltos de Castro Laboreiro e Tourém, bem como as do Mezio mas surgiu agora algo, que pelo seu valor vai de certo chamar a atenção de todos os cientistas portugueses e estrangeiros, ligados à arqueologia.

Há que dizer que surgiu um novo atractivo, de índole educativa e científica, no Parque Nacional da Peneda-Gerês: uma nova e interessantíssima estância arqueológica.

Iniciativas do Ano Santo

Transmissão da Missa do Domingo pela Rádio Renascença.

A Rádio Renascença, emissora católica portuguesa, principiou a transmitir, todos os domingos, a missa que ao meio dia se celebra na Basílica, a fim de que todos os católicos possam estar em união com Fátima no decorrer do Ano Santo.

A primeira missa transmitida foi celebrada pelo reitor do Santuário Rev. Dr. Luciano Gomes Paulo Guerra, que frisou o grande significado da colaboração da rádio na divulgação da mensagem de Fátima.

“Portugal Previdente,” Companhia de Seguros

Vimos comunicar aos nossos prezados clientes e ao público em geral, que nomeamos os senhores AMADEU ARMINDO ESTEVES PEREIRA, 1.º cabo da Guarda Fiscal em serviço na vila de Melgaço e DANIEL MARCOS AFONSO, com estabelecimento de móveis também na vila de Melgaço, pelo que desde já agradecemos todas as atenções que aos mesmos queiram dispensar.

AMADEU ARMINDO ESTEVES PEREIRA, 1.º cabo da Guarda Fiscal em serviço no Posto de Melgaço e DANIEL MARCOS AFONSO, com estabelecimento de móveis também nesta vila de Melgaço, vem comunicar que foram nomeados representantes da Companhia de Seguros «PORTUGAL PREVIDENTE» e que desde já agradecem as atenções que todas as pessoas lhes queiram dispensar.

A electrificação do Concelho

Ainda decorrem os trabalhos com a electrificação iniciada no mandato do actual Presidente da Câmara, dr. Sidónio S.S.S.S., em Maio de 1974!

A obra, por culpa de responsáveis, não anda, arrasta-se. O prazo terminou em 30. de Abril do ano findo, como já aqui foi dito.

Oxalá venha perto o dia em que a autoridade obrigue a concessionária ao cumprimento dos prazos.

Como as coisas correm, correm mal.

Por ocasião da festa da inauguração do monumento ao *Emigrante*, em Fiães, o sr. Governador Civil, que presidiu, prometeu para 1973 a electrificação da freguesia.

O povo acreditou, e, entusiasmado, exprimiu ruidosamente a sua alegria com palmas e vivas. As palmas e os vivas foram verdadeiros. A promessa foi fumo de festa.

O povo foi enganado. Sim, porque prometer e não cumprir é enganar.

Nesta data, 15 de Maio de 1974, nem ainda foram iniciados os trabalhos.

A. RODRIGUES

FUTEBOL

(Atrasado na Redacção)

VALENCIANO, o - MELGACENSE, o

No passado dia 21 de Abril, deslocou-se a nossa equipa a Valença do Minho, onde no estádio Dr. Lourenço Raimundo, defrontar a turma local. Neste encontro, que contava para a 17.ª jornada do Campeonato Distrital da 1.ª Divisão, conseguimos um precioso empate a 0 bolas. De salientar a excelente exibição do Sport Clube Melgacense, frente ao S. C. Valenciano, que ainda há bem pouco tempo foi vencedor da «Taça Dr. António Vasco de Faria».

MELGACENSE, 2 - LANHELAS, 1

No campo de jogos Dr. Sidónio Soares de Sousa, jogou no pretérito dia 28 do mês de Abril o S. C. Melgacense com o Lanhelas F. C., em encontro a contar para 18.ª jornada.

O Lanhelas foi o primeiro a marcar, mas após uma recuperação brilhante dos donos da casa, acabou por sair vencido do campo de jogos por 2-1, não obstante ter esgotado as substituições. Arbitragem boa.

FONTÃO, 1 - MELGACENSE, 1

Em Fontão, Ponte do Lima, jogou em 5-4-74 o S. C. Melgacense, onde frente à turma local lhe impôs um empate a uma bola. Marcou pelo Melgacense, Fernando. O nosso grupo embora muito prejudicado pelo trio de arbitragem, conseguiu, como aliás se justifica plenamente pelos resultados alcançados ultimamente, um bom resultado. A subida de nível é evidente e oxalá tudo corra como é de esperar.

Espelhos e Cristais

Vídeos para Janelas
Automóveis e Estabelecimentos

TELHAS E TIJOLOS DE VIDRO

Sociedade de Cristais, L.da

Rua do Almada, 25 - PORTO - Tel. 25326

Bento Gomes

EMPREENHEIRO

Melgaço - Tel. 42113

Dr. Oliveiros Rodrigues

ADVOGADO

Largo Hermenegildo Solheiro
MELGAÇO

Assine,

Anuncie

e Propague

«A VOZ DE MELGAÇO»

Electrotécnica

de ANTÓNIO SOLHA & IRMÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA - MELGAÇO

RÁDIO

TELEVISÃO

ELECTRICIDADE

AMPLIFICAÇÕES SONORAS

Agentes da SIEMENS.

Prestam assistência técnica com competência e honestidade no nosso concelho.

CONSULTE-NOS para as suas instalações!!!

Estores Femil

Comunicam que acaba de ser admitido ao serviço desta firma, o sr. João Alves de Oliveira, pessoa honesta e activa. Fornece orçamentos gratuitos, sem sombra de dúvidas tanto em preços como em materiais a empregar, que serão sempre escrupulosamente escolhidos.

Consulte-nos e verá que além de bem servirmos fazemos preços excepcionais.

✱

João Alves de Oliveira - Barrôco - Lage - Prado - BRAGA
OU

Estores Femil - Ponte de Lima

Vinho do Porto **BARROS**

De todos



De todos

mais saboroso

mais preferido

Lágrima Christi **BARROS**
em França o mais apreciado

“MANCOZAN,”

Para a sulfatação da vinha: Exija-o ao seu comerciante, para estar certo de uma boa colheita.

O PRODUTO, QUE NÃO TEM SIMILARES

Depositário no Concelho de Melgaço

Miguel Henrique Gonçalves Pereira

Rua da Calçada

Telefone 42212

Para a História de

(Continuação da 1.ª página)

Dividiu V. Rev.ma os católicos de Ponte de Lima com os factos que constam de «Actualidades», originando escândalo que não reparou.

Consentiu V. Rev.ma que o «Diário do Minho» de 11 e 13-1-1970, órgão da Diocese, usasse a mentira, a calúnia, a difamação, não respeitando nem a honra, nem a dignidade, nem a verdade, nem a justiça e ficou impávido perante a ofensa feita, o escândalo dado, e a divisão dos fiéis da Diocese.

Assinou V. Rev.ma uma resposta de cinco canonistas a A. Luís Vaz, que não respeitou as regras da boa educação para com o homem e o padre e escandalizou os leitores.

Lembre-se, Il.º Rev.º Senhor, que os conselhos a dar ou as ordens necessitam de força moral. E hoje a Santa Igreja, necessitando de oração e de penitência, precisa de homens com lógica, de procedimento e com ânsias de verdade e de justiça, para evitar críticas demasiado públicas.

Deus guarde V. Ex.cia Rev.ma

P. Júlio Vaz

Il.º e Rev.º Senhor

P. Júlio Hilarião Vaz

Director do Quinzenário «A Voz de Melgaço»

Em cumprimento dos deveres que o múnus de Pró-Vigário Geral me impõe, escrevi uma carta em 4 de Novembro p.p. no intuito de solicitar a melhor atenção de V. Rev.a para o quinzenário «A Voz de Melgaço», a fim de que esse jornal possa singrar, permanentemente, por rotas dignas do nome de católico, que ostenta.

Teve V. Rev.a a fineza de responder no dia 10 subsequente.

Ao propósito, julgo ser, agora, meu primeiro dever testemunhar-lhe o meu muito apreço pelas suas qualidades de jornalista. A minha carta precedente não pretendia pô-las em dúvida. Vossa Reverência tem, nesse campo, experiência e méritos bem maiores que os meus.

Nem me falta, outrossim, boa vontade para admitir que uma boa intenção pode ter levado V. Rev.a — aproveitando a ocasião — a buscar e atribuir-me retalhos de vida, menos dignos, que julgou pertencerem-me, bem assim como a interpretar, alguns passos da minha conduta...

Consciente, como V. Rev.a diz muito bem, de que não usufruimos de impecabilidade, pela minha parte, creia, caríssimo Senhor Padre Júlio, que dedicarei à sua crítica a devida atenção e a guardarei para nela reflectir.

Creia que tenho verdadeiro interesse em saber a sua opinião. E não receio ofender-me, sempre que a crítica seja honesta e construtiva. Assim auxiliar-me-á. Desde agora lha peço e agradeço. Permita-me, porém, que voltando à sua crítica passada, venha, o que reputo obrigação, dar-lhe um esclarecimento.

Recordando que o Senhor, após ter feito o bem, foi traído por um dos Seus e mesmo caluniado, como impostor, blasfemo, etc., devo informá-lo de que as notícias do «Actualidades» a que se referiu, não passaram de calúnias, isto é, factos completamen-

te deturpados que alguém teve a má ideia de divulgar, mas que não provou, nem provará, porque totalmente falsos. Aguardo que os detractores um dia arrependidos, cumpram o seu dever de os desmentir.

Pelo que diz respeito ao jornal que V. Rev.a dirige, permita-me que, de novo, lhe rogue a fineza de ponderação e reflexão diante do Senhor.

Vossa Reverência encontra-se em circunstâncias excepcionalmente favoráveis para tornar esse quinzenário num poderoso arauto da mensagem cristã, mensagem de Unidade (que todos sejam um...) e Amor (amai-vos...).

Coragem e que Deus o ajude. Oremos mutuamente.

Com sentimentos de muita consideração e estima, subscreve-se

Dedicado no Senhor

Braga, 3 de Dezembro de 1970.

Cón. Carlos F. Martins Pinheiro (Cón. Carlos Francisco Martins Pinheiro, Pró-Vigário Geral)

De 3 de Dezembro de 1970 até 25 de Junho de 1971 não houve mais cartas. Mas apareceu na revista Arquidiocesana «Acção Católica» de Junho com data de 25 a «Notificação» do Sr. Arcebispo de Braga a opor-se a que «A Voz de Melgaço» usasse o título de «católico».

Porque tal decisão não cabia na competência jurídica do Prelado, e porque os motivos em que se fundamentava eram falsos, recusei-me a cumprir a «Notificação», do que informei os meus leitores em «A Voz de Melgaço» de 1 de Julho.

E comuniquei o caso ao Sr. Núncio Apostólico nestes termos:

Ex.º Rev.º Senhor Núncio Apostólico Lisboa

Peço licença para apresentar a V. Ex.cia Rev.ma respeitosos cumprimentos.

Juntamente com esta, segue o boletim arquidiocesano «Acção Católica», de Junho-Julho, do ano corrente, o qual, a páginas 287 traz uma «Notificação», com a qual se desrespeita a verdade e a reputação das pessoas.

Peço licença para juntar também o jornal «A Voz de Melgaço», que, em fundo, «Por amor

à Verdade», faz os esclarecimentos que a verdade exige à luz dos documentos da Igreja.

Porque a falta de senso, aliada à precipitação, é uma das características do governo do Senhor D. Francisco Maria da Silva, e porque uma informação à Santa Sé já não iria a tempo, levo o facto ao conhecimento de V. Ex.cia Rev.ma afim de conhecer a verdadeira natureza dum incidente, que pode ir muito longe com grande escândalo para os fiéis.

Deus guarde V. Ex.cia Rev.ma

Braga, 3 de Julho de 1971.

Em 21 de Julho recebi da Direcção dos Serviços de Censura um ofício em que se lia:

Ex.º Sr. Director do jornal «A Voz de Melgaço» Melgaço

01. Para os devidos efeitos, comunico a V. Ex.a que esta Direcção dos Serviços foi informada de que Sua Ex.a Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz de Braga notificou o Rev. Padre Júlio Hilarião Vaz, director do jornal «A Voz de Melgaço», no sentido de retirar do mesmo jornal o qualificativo de «católico».

02. Assim, solicito de V. Ex.a se digne promover que seja feita, no alto da primeira página do dito jornal, a modificação que resulta da oposição do Ex.mo Prelado.

Com os melhores cumprimentos,

Lisboa, 21 de Julho de 1971.

A bem da Nação O DIRECTOR

Respondi logo ao ofício do Director dos serviços de Censura nestes termos:

Ex.mo Senhor Director dos Serviços de Censura Lisboa.

Tenho em meu poder o ofício de V. Ex.cia n.º 700-S. C. P.º 318, e só hoje respondo, porque o Editor do jornal estava numa clínica, e eu resido na cidade de Braga.

Permita-me, Ex.mo Senhor Director, um esclarecimento do facto apontado no ofício de V. Ex.a

Em 3 de Julho, escrevi a Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor Núncio Apostólico, levando ao seu co-

nhecimento o que se passava, e fi-lo nestes termos (e transcrevi a carta).

Desta forma, acrescentei, e sem escândalos, levei o caso a quem de direito para que seja estudado como convém.

Mais tarde, um grupo de católicos, diplomados, enviou uma exposição à Santa Sé a protestar contra a «Notificação» do Sr. Arcebispo Primaz por ser «difamatória e facciosa».

Não há, pois, Ex.mo Senhor Director, nenhuma «oposição», há, só, o desejo de que a verdade e a honra sejam respeitadas na opinião pública e estou certo de que é este o desejo, também, dessa Ex.ma Direcção.

Rogo, pois, a fineza de rever o ofício de V. Ex.cia à luz destas minhas informações, leais e sinceras».

Os dias vão passando, e aos meus ouvidos chegaram informações de que o Sr. D. Francisco Maria da Silva havia recorrido ao Poder Civil para impor a «A Voz de Melgaço» a decisão que Ele não podia impor à face das leis da Igreja.

De facto em 31 de Agosto recebi um ofício do Director dos Serviços de Censura a dizer:

«Continua «A Voz de Melgaço» a publicar na «Cabeça» do jornal a indicação de «Quinzenário Católico e Regionalista». Ora estes serviços tem indicação emanada da Secretaria de Estado de Informação e Turismo, de não permitir o termo «Católico», o que espero seja cumprido a partir do próximo número e a não verificar-se, terá o facto de ser comunicado à referida Secretaria de Estado». Já entrava em função o Dr. César Moreira Baptista, que muito estimava uns presentes idos da cidade de Braga, que continham a famosa aguardente de vinho verde. Os Poderes estavam ligados contra o pequeno Quinzenário!...

Aquele ofício respondi nestes termos: «...faz V. Ex.cia referência ao facto de «A Voz de Melgaço» continuar a publicar na «cabeça» do jornal a indicação de «Quinzenário Católico e Regionalista».

Ao ofício de V. Ex.cia n.º 700-S. C. P.º 318 dei a resposta devida, que rematava desta forma:

«Rogo, pois, a fineza de rever o ofício de V. Ex.a à luz destas minhas informações, leais e sinceras».

Não se dignou, essa Direcção Geral, responder ao meu ofício, para rebater os motivos que impõem a minha atitude, e ameaça-me agora com a comunicação do facto à Secretaria de Estado

Tenho, Ex.mo Senhor, a certeza absoluta de que quer V. Ex.cia quer a Secretaria de Estado são executores fiéis da lei.

Por esta razão não posso acreditar que um Departamento de Estado seja capaz, no caso vertente — a existência do vocábulo «católico» na cabeça do jornal — de transgredir a Lei de Liberdade Religiosa, recentemente votada e promulgada...

Quando me parecia que os «ditadores» do Paço de S. Margarida, em Braga, e os do «Palácio Foz» começavam a respeitar as leis, fui surpreendido com o seguinte ofício da Direcção dos Serviços da Censura:

Ex.mo e Rev.mo Senhor Padre Júlio Hilarião Vaz

Director do jornal «A Voz de Melgaço»

Apartado, 23 BRAGA

Comunico a V. Ex.cia que, a partir da data da recepção do presente ofício, fica «suspensa» a publicação do jornal «A Voz de Melgaço», em consequência de, até hoje, não ter sido cumprida a determinação que foi transmitida no n.º 02 do ofício acima referenciado, segundo a qual devia ser retirado da «cabeça» do citado periódico o qualificativo de «católico».

Com os melhores cumprimentos,

Lisboa, 28 de Outubro de 1971.

A bem da Nação O DIRECTOR

Perante uma tal prepotência, em que se desrespeitava tudo — verdade, justiça, leis — desrespeitado efectuado pelo Sr. D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo de Braga, e Dr. César Moreira Baptista, Secretário de Estado, só havia um recurso: dirigir-me à Presidência do Conselho, já que não havia tribunal para onde pudesse apelar.

Assim fiz, como o provo pela exposição que transcrevo:

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho Lisboa

Foi o jornal «A Voz de Melgaço» suspenso pela Ex.ma Direcção dos Serviços de Censura,

Pela Administração

Novos assinantes

Tibério Correia de Sousa, de Lisboa e Adriano Vaz Sérvio, Moçambique.

Pagaram 1973 — António José Alves, Ultramar; Isaura Gomes de Sousa, Rouças.

Pagaram 1974 — Maria da Rocha Domingues, Lisboa; Tibério Correia de Sousa, Lisboa; Manuel José Salgado, Prado; Luís António Faria, Lisboa-3; Manuel Pinto, Braga; José Aníbal Alves, Canadá; José Félix Igrejas Júnior, Melgaço; Maria do Rosário Domingues Fontes; Francisco Lourenço Ranito, Sante; Américo da Rocha, Penso; Jorge de Barros, Angola; José Pereira Júnior, Parada do Monte; António Augusto Gregório, Soutomendo; Manuel Augusto Cerdeira, José Augusto de Magalhães Barros, António Gonçalves e António Solha Irmão, Melgaço; Sílvia José Ribeiro, U.S.A.; Claudino Augusto Rodrigues, Prado; Aprígio Abreu Cerqueira e Maria Cristina Pita Barros de Almeida, Melgaço; Aldemiro de Sousa e Castro, Remoães; Alvaro de Jesus Gonçalves, Fiães; Albano Este-

ves, Soutomendo; Rosa Vaz, S. Gregório; Fernando de Sousa, Rouças; Salvador Domingues, Gave; Adriano Vaz Sérvio, Moçambique; José Joaquim Afonso, Portelinha; P.e António Augusto de Barros, Alvaredo; Gervásio Rodrigues, Rouças; Dr. Adriano Marques de Magalhães, Vigo; Manuel Herédia Alves, S. P. M.; Eleutério dos Anjos Golim, Monção; Alvaro Augusto Cortes, França; Manuel Augusto Durães, Rouças; Dr. Francisco Botas, Lisboa; Paulo José Monteiro, Lisboa; Raúl Pereira da Rocha, Lisboa.

António Regueira, Canadá, e como assistentes amigos, Manuel Fernandes, Caminha, que pagou 100\$00; João Manuel de Carvalho, de Vieira do Minho, entregando 150\$00; e ainda o nosso assinante, Norberto Rodrigues, de S. Paio, também com 100\$00.

Pagou 1975 — Artur Esteves, Candosa - Fiães.

Modificações na expedição

Coincide com o aniversário do jornal o envio do mesmo em novos

moldes através de uma cinta gravada accionada pela máquina.

A partir de hoje esperamos que as irregularidades de expedição se evitem ao máximo. E chamamos a atenção dos CCT pois muitas vezes sabemos que o jornal é expedido em Braga mas não chega ao destino de alguns dos nossos assinantes.

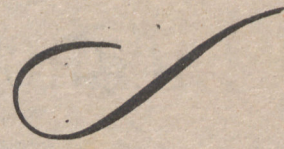
Agradecemos que os estimados assinantes nos comunicassem se há qualquer irregularidade na expedição a partir deste momento.

* * *

E agora um aviso importante: a mudança de direcção significa para nós, a partir de agora, uma despesa a mais de 7\$50. É essa quantia que nos deve ser enviada quando algum assinante se mudar de direcção.

Também a partir de hoje o jornal vai dobrado ao contrário do que era normal a fim de facilitar a mesma expedição.

“A Voz de Melgaço,”



e a razão apresentada consta do texto do ofício da mesma Ex.ma Direcção, que transcrevo: «Comunico a V. Ex.cia que a partir da data da recepção do presente ofício, fica suspensa a publicação do jornal «A Voz de Melgaço», em consequência de, até hoje, não ter sido cumprida a determinação que foi transmitida no n.º 02 do ofício acima referenciado, segundo a qual devia ser retirado da «cabeça» do citado periódico o qualificativo de «católico».

O ofício é datado de 28 de Outubro.

Porque, no meu entender, se trata duma intervenção e pena ilegais, peço o julgamento de V. Ex.cia, para o que junto, com alguns comentários, as peças do processo, que a Ex.ma Direcção no ofício em que suspende «A Voz de Melgaço», *desconheceu*.

O boletim arqui-diocesano «Acção Católica» de Junho-Julho inseriu a «Notificação» constante do documento n.º 1.

A «Notificação» respondi com o artigo «Por amor à verdade» do n.º 476 de «A Voz de Melgaço», de 1 de Julho (documento n.º 2).

Como o assunto em causa era *doutrinário* e nele intervinha a *Autoridade Eclesiástica*, levei o caso sem demora ao conhecimento da Nunciatura Apostólica, em ofício de 3 de Julho, assim redigido:

Ex.mo e Rev.mo Senhor Nuncio Apostólico Lisboa

Juntamente com este, segue o boletim Arqui-diocesano «Acção Católica» de Junho-Julho, do ano corrente, o qual, a páginas 287 traz uma «Notificação», com a qual se desrespeita a verdade e a reputação das pessoas.

Peço licença para juntar também o jornal «A Voz de Melgaço» que, em fundo, «Por amor à verdade», faz os esclarecimentos que a verdade exige à luz dos documentos da Igreja.

Porque a falta de senso, aliada à precipitação, é uma das características do governo do Senhor D. Francisco Maria da Silva, e porque uma informação à Santa Sé já não iria a tempo, levei o facto ao conhecimento de V. Ex.cia Rev.ma afim de conhe-

cer a verdadeira natureza dum incidente, que pode ir muito longe com grande escândalo dos fiéis.

Com a data de 21 de Julho do ano em curso, recebi da Ex.ma Direcção dos Serviços de Censura o seguinte ofício:

«01. Para os devidos efeitos, comunico a V. Ex.cia que esta Direcção de Serviço foi informada de que Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor Arcebispo Primaz de Braga notificou o Rev.do Padre Júlio Hilarião Vaz, director do jornal «A Voz de Melgaço», no sentido de retirar do mesmo jornal o qualificativo de «católico».

02. Assim *solicito* de V. Ex.cia se digne promover que seja feita, no alto da primeira página do dito jornal, a modificação que resulta da opposição do Ex.mo Prelado».

A este ofício da Ex.ma Direcção dos Serviços de Censura, respondi nestes termos:

Ex.mo Senhor Director dos Serviços de Censura Lisboa

Tenho em meu poder o ofício de V. Ex.cia n.º 700-S.C. P.º 318, e só hoje respondo porque o Editor do jornal estava numa clínica, e eu residio na cidade de Braga.

Permita-me, Ex.mo Senhor, um esclarecimento ao facto apontado no ofício de V. Ex.cia.

Em 3 de Julho escrevi a Sua Ex.cia Rev.ma o Senhor Nuncio Apostólico, levando ao seu conhecimento o que se passava e fi-lo nestes termos: «Juntamente com este, segue o boletim arqui-diocesano «Acção Católica», de Junho-Julho, do ano corrente, o qual, a páginas 287 traz uma «Notificação» com a qual se desrespeita a verdade e a reputação das pessoas.

Peço licença para juntar também o jornal «A Voz de Melgaço», que em fundo «Por amor à verdade» faz os esclarecimentos que a verdade exige à luz dos documentos da Igreja».

Desta forma, e sem escândalos, levei o caso a quem de direito para que seja estudado como convém».

Mais tarde, um grupo de católicos diplomados enviou uma exposição à Santa Sé a protestar contra a «Notificação» do Se-

nhor Arcebispo Primaz, por ser «difamatória e facciosa».

Não há, pois, Ex.mo Senhor Director, nenhuma «oposição».

Há, só, o desejo de que a verdade e a honra sejam respeitadas na opinião pública, e estou certo de que é este o desejo, também, dessa Ex.ma Direcção.

Rogo, pois, a fineza de rever o ofício de V. Ex.cia à luz destas minhas informações leais e sinceras».

A este ofício nem sequer lhe acusaram a recepção, e em 31 de Agosto, recebo um ofício, em que se lê:

«02. Continua «A Voz de Melgaço» a publicar na «cabeça» do jornal a indicação de «Quinzenário Católico e Regionalista». Ora estes Serviços tem indicação emanada da Secretaria de Estado de Informação e Turismo, de não permitir o termo «Católico», o que espero seja cumprido a partir do próximo número e a não verificar-se, terá o facto de ser comunicado à referida Secretaria de Estado».

Ao assunto em causa no ofício da Ex.ma Direcção dos Serviços de Censura respondi:

«No mesmo ofício faz V. Ex.cia referência ao facto de «A Voz de Melgaço» continuar a publicar na «cabeça» do jornal a indicação de «Quinzenário Católico e Regionalista».

Ao ofício de V. Ex.cia n.º 700-S. C. P.º 318, dei a resposta devida e rematava: «Rogo, pois, a fineza de rever o ofício de V. Ex.cia à luz destas minhas informações leais e sinceras».

Não se dignou essa Direcção Geral responder ao meu ofício para rebater os motivos que impõem a minha atitude, e ameaça-me agora com a comunicação do facto à Secretaria de Estado.

Tenho, Ex.mo Senhor, a certeza absoluta de que, quer V. Ex.cia, quer a Secretaria de Estado são executores fiéis da lei.

Por esta razão, não posso acreditar que um Departamento de Estado seja capaz, no caso vertente — a existência do vocábulo «católico» na cabeça do jornal — de transgredir a Lei de Liberdade Religiosa, recentemente votada e promulgada».

Este ofício também não teve resposta.

A Direcção dos Serviços de Censura, no entanto, autorizou

a publicação em 15 de Setembro do artigo «A propósito de uma «Notificação», da autoria de um leigo qualificado que veio a público defender a sua dignidade contra a «Notificação» (documento n.º 3).

E, sem qualquer resposta, aparece a suspensão de «A Voz de Melgaço».

Toma-se esta decisão *ilegal* contra estas circunstâncias agravantes:

- quando o caso está entregue pelas vias competentes e oficiais à Santa Sé;
- depois de sistematicamente se ignorarem os meus ofícios;
- esconder-se a existência do segundo ofício que a Ex.ma Direcção me enviou para só fazer referência ao primeiro;
- confunde-se «*solicito*» do primeiro ofício com «*determinação*» do último ofício.

Em face dos documentos, apelo para V. Ex.cia, Senhor Presidente do Conselho, afim de que se respeite a justiça repondo-a no seu devido lugar.

A bem da Nação
Braga, 4 de Outubro de 1971
O Director de
«A Voz de Melgaço»

Com esta exposição seguiu um estudo sobre a ilegalidade da intervenção do Poder Civil neste caso, exposição redigida nestes termos:

«Não podendo o Ordinário, ao abrigo dos documentos conciliares e pos-conciliares, obrigar-me a retirar o vocábulo «católico», julguei que a Ex.ma Direcção Geral da Censura não tivesse de executar a vontade *pessoal* da mesma Autoridade, até, porque, como sabe melhor do que eu, o Decreto sobre a Liberdade Religiosa do Vaticano II não permite que se seja objecto de duas leis: a eclesiástica e a civil. E, tendo o Papa Paulo VI afirmado no encerramento do Concílio que a Igreja renunciava a privilégios e só queria liberdade de acção nunca me convenci de que a Autoridade Eclesiástica recorresse à Concordata.

Aliás, estamos em face dum problema de fundo: deve o Estado obrigar a cumprir uma norma religiosa, que a Autoridade religiosa não pode impor dado que não há lei que lho permita?

Demonstramos em «A Voz de Melgaço» que não tinha qualquer fundamento teológico ou jurídico a imposição do Ex.mo Prelado.

Com o direito e o dever que nos concede «Communio et Progressio» (Cf. entre outros, n.ºs 174-175 e 176), perguntamos à mesma Autoridade qual era o fundamento da imposição comina à «Voz de Melgaço». Embora obrigada a dar uma resposta, preferiu o silêncio, precisamente porque não podia responder, pois agira contra a lei, e recorreu ao Estado.

Esta é que é a situação jurídica e de facto».

O Presidente do Conselho cumpriu o seu dever, reconhecendo o direito que nos assistia. Era conveniente, no entanto, salvar as pessoas que intervieram na questão — o Sr. Arcebispo de Braga e o dr. César Moreira Baptista — e daí a solução encontrada, proposta pelo saudoso padre Carlos Vaz: «Quinzenário de Católicos».

A Direcção dos Serviços de Censura apressou-se a aceitar a proposta, e o Sr. Arcebispo de Braga, sentindo-se vencido, nas falsas acusações que fez para a Congregação do Clero e Signatura Apostólica contra os padres Vaz, entre muitas mentiras, incluiu a de que não lhe obedecera no caso de «A Voz de Melgaço»...

Como havia de obedecer a quem errara, e praticara uma ilegalidade, e comprometera a Igreja recorrendo para executar uma ilegalidade ao Poder Civil?...

Tem o Sr. Arcebispo de Braga, acusado, indevidamente padres e leigos de escandalizar os fiéis.

Não nos consta, porém, que tivesse reparado os escândalos que tem dado, devido a acusações falsas, a difamação, etc., e aquela entrada na Cova da Onça no Rio de Janeiro, assistido, entre outros, pelo seu amigo Amadeu Abílio Lopes, cuja casa frequentava, e não sabemos se ainda a frequenta, mormente desde que o padre Lima deixou a paróquia...

JULIO VAZ

Bravura

Cerca das 19 horas do dia 23 do mês próximo passado, na Veiga, S. Paio, deste concelho, deu-se um grave acidente. O menino Rui Manuel Pereira, de 2 anos de idade, filho do sr. José Pereira e da sr.ª Julieta A. Rodrigues, ausentara-se de sua casa sem saber para onde. Ao dar pela falta do mesmo, a sr.ª Isaura Domingues, sua avó, ordenou à sua netinha ANA PAULA RODRIGUES DA COSTA, menor de 8 anos de idade, filha do sr. Henrique A. da Costa, guarda fiscal, e da sr.ª Judite Augusta Rodrigues, para procurar seu primo.

Após várias diligências feitas por esta, foi encontrar o Rui dentro duma poça com água, boiando, espumando pela boca e sangrando.

Imediatamente foi lá dentro, e a muito custo (pois a poça era funda e tinha vários degraus), conseguiu trazê-lo para fora da mesma. Mais tarde vieram os vizinhos, que conduziram os miúdos ao hospital de Melgaço, tendo ali sido ambos assistidos pelo médico em serviço, pois a *salvadora*, Ana Paula Rodrigues da Costa sofria de fortes dores nas costas, ao mesmo tempo que se encontrava exausta, devido ao esforço dispendido. Não sendo grave o estado de saúde de ambos, foram autorizados pelo médico a regressarem a suas casas.

Pergunta-se? Não haverá um prémio para esta criança que tão inteligentemente e com risco da sua própria vida conseguiu dar-nos um grande exemplo de carinho, coragem e abnegação, con-

FESTA EM HONRA DA PADROEIRA

Estamos a dois meses da festa a realizar em honra da Padroeira, Santa Maria Madalena, nos dias 20, 21 e 22 do próximo mês de Julho.

São mordomos os srs. Venâncio Pinto, Manuel Domingues e Joaquim Gonçalves, respectivamente dos lugares da Igreja, Tapada e Côtos.

É de esperar da comissão, que

seguinte assim salvar uma vida?

Bem supomos que sim, pelo que pedimos a quem de direito para tomar as devidas medidas necessárias ao engrandecimento de tão corajoso feito.

em breve vai iniciar o peditório pelos lugares da freguesia e dirigir a todos os conterrâneos ausentes da sua terra um pedido de ajuda, se esforce ao máximo para que a festa a realizar tenha o brilho correspondente à Dignidade da Padroeira e para engrandecimento deste rincão minhoto. Por isso apela para todos os devotos de Santa Maria Madalena a melhor compreensão e boa vontade, contribuindo cada qual, dentro da medida do possível, como é dever de todo o Chavianense.

Assim o espera e agradece a Comissão,

Venâncio Pinto
Manuel Domingues
Joaquim Gonçalves

Anuncie em «A VOZ DE MELGAÇO»

O Tema do Licenciado

Fantasiar não é «falar claro»

V

O sr. licenciado Abel Vaz, até há pouco mui activo Presidente da Comissão Concelhia da A. N. P., diz no *Audaz* de 10 de Maio, sob o título «O Tema» e o sub-título «Falar Claro», referindo-se ao caso do inquérito feito à administração do professor Rodrigues:

«E, sem desejar magoar ninguém — como o lic. é sincero!!! — fomos trazendo achegas, fornecendo novos dados, solicitando quem poderia fazer luz sobre o caso, nomeadamente o Prof. Rodrigues e o seu porta-voz e acérrimo defensor — aqui diz a verdade —, Rev. do P. Rodrigues, a esclarecer as coisas.

Estes, jamais abriram uma janela por onde pudesse penetrar um raio de sol, uma réstia de luz, jamais encararam o assunto de frente, jamais deram qualquer explicação ou aduziram qualquer achega...»

As achegas e os dados fornecidos pelo licenciado não são suficientes para uma resposta que satisfaça.

O advogado não consulta primeiro o processo antes de apresentar a defesa do seu constituínte?

Então, como quer o licenciado que o Prof. Rodrigues responda às acusações do inquérito sem o conhecer em pormenor?

* * *

São falsas as outras afirmações atrás transcritas.

No jornal de 25 de Fevereiro do ano em curso de que o lic. é director, escreveu o Professor Rodrigues:

«Aguardo o resultado deste inquérito, do qual eu próprio darei conhecimento público».

Nesta data ainda não sabe o resultado.

Em 1 de Abril, escrevi em «A Voz de Melgaço», referindo-me ao sr. licenciado:

«Não poderá, se quiser, usar do seu valor político, em tempos disse que o tinha, para ver a autoridade competente a comunicar o que há sobre o tal inquérito?... e acrescentava: «garanto ao sr. lic. que, depois, será dada em concreto a resposta que pediu em confuso».

A autoridade de então não falou e, agora, também já não fala.

Neste mesmo jornal, número de 15 de Maio, publiquei duas cartas dirigidas pelo Prof. Rodrigues ao então Governador, dr. Vasco Faria.

Na segunda dizia: «Para isso — referia-se à defesa da sua administração — preciso, antes de mais, saber o resultado do inquérito feito pelo Presidente da Câmara. Solicito pois, a V. Ex.ª o especial favor de o saber e transmitir-mo o mais depressa possível.

Digo, o mais depressa possível, para evitar que se continue a brincar com a boa reputação das pessoas que nada têm a temer porque têm a consciência tranquila e as «armas» de defesa para usar quando vierem a ser necessárias...»

Quem assim fala, encara o assunto com seriedade e de frente, dá explicações e aduz achegas.

Só não vê nada o sr. licenciado!

Como já disse no último número deste quinzenário, o Governador Civil, dr. Vasco Faria, inexplicavelmente, não fez caso, não deu qualquer resposta.

Do ex-Ministro dr. Rapa-zote, agora homiziado em Espanha, segundo noticiaram os jornais, também não recebeu o Professor qualquer comunicado.

Como o sr. licenciado está senhor do assunto, sugiro que forneça ele ao Professor Rodrigues a cópia do inquérito, a título devolutivo, se quer receber, já no próximo número, a resposta, talvez, completa, mesmo sem a consulta prévia do arquivo da Câmara.

Se a finalidade dos artigos é ser esclarecido e não, apenas, fazer barulho, só lhe resta um caminho: fornecer a tal cópia.

Continuarei a análise às afirmações fantasistas do sr. licenciado Abel Vaz.

A. RODRIGUES

Movimento Democrático Popular

Por iniciativa dum grupo de Democratas bem conhecido no nosso meio, encabeçado pelos Srs. Dr. António Durães, Dr. António C. Esteves e vários outros, que haviam sido convidados pelo Movimento Democrático Popular de V. do Castelo para representarem o Concelho, reuniram-se conforme estava anteriormente anunciado pela Emissora Nacional e convocatórias afixadas em diversos locais do Concelho, no Cine-Pelicano, no passado dia 25-5-74, pelas 9,30 horas, a fim de elegerem os elementos representativos deste Movimento. Aberta a sessão, logo se notou quando foi presente o conteúdo do telegrama enviado à Junta de Salvação Nacional, uma certa reacção por parte de elementos da antiga situação que ali se deslocaram, dando-nos a impressão de pretenderem colaborar com quem quer que fosse, procurando provocar a desunião entre os presentes. A eleição deu-se pela maioria, tendo apenas um pequeno grupo ficado sentado, o que era de prever.

A mesa ficou assim constituída, pelos sete elementos abaixo descritos: Dr. António Durães (por pedido do Dr. Esteves que o público aplaudiu calorosamente), Dr. António Cândido Esteves, Albertino Domingues, Vasco da Gama Almeida, António Fernandes (Cota), Manuel José Igrejas e Manuel Dias Novo. No final foi

assinada a respectiva acta ali lavrada e assinada pela grande maioria dos presentes que deram o seu voto de confiança à Mesa agora formada.

NOTAS A MARGEM

O elemento mais destacado da reunião foi o Dr. Abreu que emparceirou com o Dr. Abel Vaz e a quem a assembleia manifestou energeticamente todo o desgosto e repulsa a ponto de o Dr. Abel não ter sequer podido falar, e o Dr. Abreu ficar humilhado como nunca pensou fosse possível.

A primeira grande lição ficou dada com a escolha da Mesa. A nossa boa gente sabe distinguir muito bem pois só tem como autênticos democratas pessoas queridas no meio pela honradez de carácter e pelo respeito ao seu semelhante mesmo que politicamente distinto.

Sempre houve as melhores relações entre os autênticos democratas e os responsáveis pela administração local que se importaram apenas em servir o Concelho e não a política ou a si próprios.

Neste momento um sentimento comum irmana todos os bons melgacenses: banir para sempre da cena administrativa quem se mostrou indigno dos cargos que ocupou, e sobretudo aqueles que se aproveitaram do oportunismo político para imporem uma era de podridão e de total mediocridade.

O povo de Melgaço está inteiramente com os homens votados por quase unanimidade para a Comissão Concelhia do Movimento Democrático. Neles deposita total confiança e está certa que saberão interpretar autenticamente os anseios das populações locais em ordem a que os destinos da nossa edilidade sejam geridos por pessoas idóneas.

O telegrama à Junta pedindo um inquérito à Câmara Municipal e a nomeação de uma pessoa isenta para gerir os destinos concelhios merecem a nossa total adesão e, estamos certos, a de todos os Melgacenses.

Cuidado, todavia, amigos: andam de porta em porta, os fari-seus do antigo regime que de maneira alguma querem perder o tacho. Repeli como merecem todos quantos não sabem ser iguais a si próprios e querem estar sempre com quem está de cima. Esses nunca serviram o povo, porque apenas buscaram a satisfação dos próprios interesses.

Capitanea esse minúsculo grupelho um pseudo-democrata que deu o braço e se tornou agente de um marcado grupo. Basta a

triste figura de semelhante cavalheiro para evitar que batam sequer à vossa porta.

Uma Carta do sr. Dr. António Durães

(Continuação da 1.ª página)

mem como tais, apenas por interesses pessoais, não admittem, como eu, tal possibilidade.

E esta certeza é-me dada até pela isenção e imparcialidade demonstrada no telegrama, de que fui primeiro signatário, enviado àquela Junta Nacional, e em que pedimos a substituição da Camara Municipal de Melgaço «por uma Comissão presidida por digno Oficial do Exército ou da Marinha, que faça ou promova rigoroso inquérito às violências e delapidações de que é publicamente acusada»

Não quisemos que algum mal intencionado, ou sem escrúpulos, viesse mais tarde dizer que o inquérito realizado fôra parcial, ou «encobridor», orientado por ódios, ou amizades, que não têm cabimento na descoberta da VERDADE.

Não sei se V. Ex.ª compreenderá isto, não sendo DEMOCRATA, e habituado como estará aos métodos do regime, que nos esmagou durante quasi meio século, e V. Ex.ª serviu como destacado elemento do grupo político que apoiou e sustentou esse regime, até à sua extinção. Mas não me caberá a mínima culpa nessa incompreensão, e já que todos os DEMOCRATAS conscientes e sinceros tão facilmente o compreendem.

Não me atrevo a pedir a V. Ex.ª a publicação desta carta no seu Jornal, embora me fôsse grata, para, e pelo menos, despertar a atenção de quem tenha lido as palavras de V. Ex.ª menos atenta e cuidadosamente delas tirando conclusões distorcidas.

Mas, não posso deixar de me reservar o direito de dar conhecimento dela a quem entender, ou de a tornar pública pelos meios de que possa dispôr.

O que não deverá impedir que me subscreva

Melgaço, 15 de Maio de 1974

De V. Ex.ª
atenciosamente
António Durães

(Obs.: O seu jornal do dia 10 só ontem recebido por mim)

Golpe de Estado e Governo Provisório

(Continuação da 1.ª página)

natura para qualquer acto de vingança, mas continuarei a ser amante da justiça.

Não espero obter qualquer colocação na Câmara Municipal de Melgaço nem em qualquer organismo público ou particular, mas desejo contribuir para o progresso e engrandecimento do meu concelho, porque sou Melgacense e Português. E prezo-me de ter dado provas públicas de bairrismo, como poucos da minha classe.

Até mesmo a muitos fanáticos do futebol que dizem que sou contra o jogo da bola, sou capaz de os desmentir com o donativo de 500\$00, que dei para ajudar a construir o novo Campo de Jogos. O que sempre disse e continuarei a dizer, é que a abertura das estradas e electrificação das aldeias fazem mais falta do que o Campo de Futebol. Neste caso nunca me darei por vencido nem convencido com afirmações em contrário e permito-me sugerir desde já ao futuro Presidente da Câmara Municipal e ao Governo Provisório, que é preciso dar prioridade às obras de maior necessidade. Antes de acabar com as obras do Campo de Futebol e de iluminar o velho Castelo da Vila, é preciso concluir os trabalhos das estradas da Gave e de Parada do Monte e electrificar todas as freguesias do concelho.

Com esta mudança do regime e agora que tanto se proclama e apregoa a liberdade, esperemos que todos os membros do futuro Governo Provisório incluindo os Presi-

dentos das Câmaras Municipais, tenham mais interesse em governar o nosso País, do que em governarem-se a eles próprios.

Tenhamos fé na Junta de Salvação Nacional e na firme União do Povo com o Exército Português, mas estejamos sempre vigilantes para conservar a verdadeira liberdade que nos foi resgatada pelo Movimento das Forças Armadas.

Viva o movimento das Forças Armadas e Viva Sua Excelência o Senhor General António de Spínola, por ser o militar mais corajoso que surgiu em Portugal numa época em que ninguém acreditaria na mudança de regime sem derramamento de sangue. Esperemos que o Povo Português seja digno da audácia do famoso General e roguemos a Deus que o conserve à frente dos destinos da nossa Pátria enquanto tiver vida.

Manuel Caldas

Agência de Viagens

"RUMO"

Passagens Aéreas e Marítimas

Bilhetes de comboio, a preços reduzidos para trabalhadores e familiares

Postos de Câmbios do Banco de Agricultura

TELEF. 42278 — MELGAÇO

"A VOZ DE MELGAÇO,"

Anual: 60\$00 — Avença - Quinzenário — Estrangeiro: 100\$00; Avião: 140\$00

JUNHO 1974